

Países da zona euro resistem a retirar apoios e arriscam déficit global acima de 3%

UE ■ Previsões da Comissão apontam para 3,2% de déficit na zona euro no final de 2023, o que violaria as regras orçamentais. Política expansionista do lado orçamental piora situação da inflação e arriscam aperto mais gravoso.

João Barros
e André Cabrita-Mendes
jbarros@medianove.com

A crise energética na Europa levou os governos nacionais a desenharem uma série de medidas de mitigação dos efeitos do disparo nos preços, medidas essas que as instituições europeias têm pedido que sejam progressivamente revertidas face ao recuo da pressão nos preços e pelo risco de agravar a necessidade de aperto monetário. Os avisos de Bruxelas e Frankfurt não são novos, tendo começado ainda no final do ano passado, mas as assimetrias entre Estados-membros e a independência nacional no que toca à política orçamental levam a alguma resistência em retirar estes apoios, arriscando agravar a dinâmica da inflação.

Os avisos não são novos, mas, tanto a Comissão Europeia, como, sobretudo, o Banco Central Europeu (BCE), têm repetido os pedidos para que os governos europeus comecem a reverter gradualmente as medidas de apoio mobilizadas nos últimos dois anos para fazer face ao disparo nos preços, sobretudo ligados à fatura energética. Segundo as contas da Bruegel, um think-tank

belga especializado em assuntos europeus, a fatura destas medidas chegava, no final de junho, a 646 mil milhões de euros na zona euro, dos quais 265 mil milhões eram da exclusiva responsabilidade alemã.

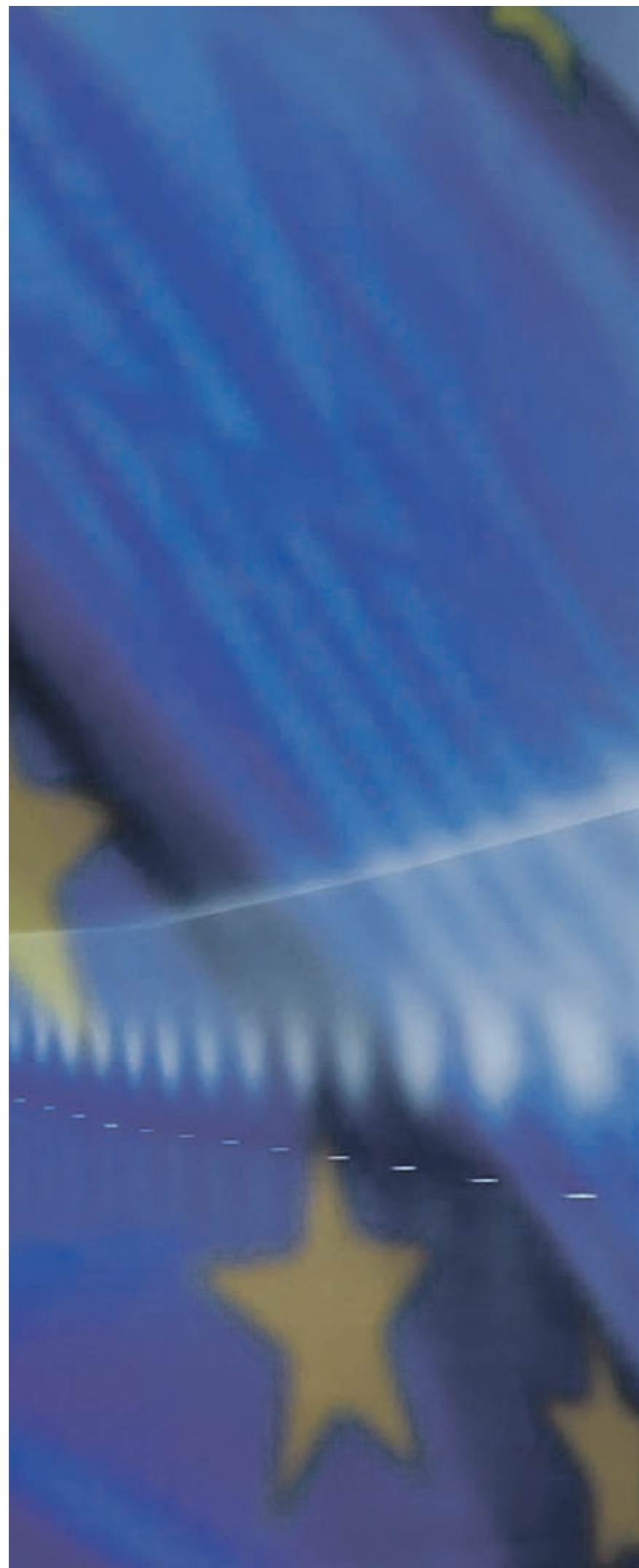
A grande preocupação dos legisladores europeus é com um possível agravamento da evolução dos preços na moeda única, dado o contrassenso entre a política monetária restritiva e as posturas claramente expansionistas do lado orçamental. Depois do

O BCE recomenda uma política orçamental progressivamente neutra durante este ano, admitindo que para 2024 o objetivo é ter três quartos das medidas nacionais para enfrentar o disparo nos preços eliminadas

disparo inicial dos bens energéticos, a pressão nos preços contagiou o resto da economia, gerando uma dinâmica salarial mais aquecida que arrisca efeitos de segunda ordem – uma realidade que as medidas de apoio a nível nacional vêm piorar.

No boletim económico mais recente do BCE, o organismo projeta, em jeito de recomendação, uma política orçamental progressivamente neutra durante este ano, admitindo que para 2024 o objetivo é ter três quartos das medidas nacionais para enfrentar o disparo nos preços eliminadas. No entanto, e com 2023 a caminhar a passos largos para o final, a tendência da maioria dos países parece ser de resistência a este *rollback*, sobretudo dado o ressurgimento das pressões do lado da energia.

Em Portugal, a medida mais emblemática da luta contra os efeitos da inflação foi o mecanismo ibérico desenhado em conjunto com Madrid, uma política elogiada em Bruxelas pela engenhosidade revelada e eficiência no seu objetivo, mas nem todas tiveram um impacto tão positivo nesta questão. Ao contrário das recomendações europeias, várias políticas públicas ao nível nacional foram pouco direcionadas para as populações



Com o ressurgimento das pressões do lado da energia, a maioria dos países da zona euro resiste em eliminar os apoios temporários.

mais vulneráveis, reforçando o rendimento da população em geral e dificultando a luta contra a inflação.

Apesar da subida recente do petróleo nos mercados internacionais, é ainda incerto qual será o comportamento do 'ouro negro' em 2024, dado que os cortes anunciados por sauditas e russos foram estendidos apenas até ao final deste ano. Do lado do gás, "o preço tem estado mais baixo" do que na fase mais crítica da crise energética, destaca o especialista António Sá da Costa, que projeta, portanto, improvável que o mecanismo ibérico venha a ser prolongado por Bruxelas para além do final do ano, considerando que já não existem razões para mantê-lo a funcionar por mais tempo do que o previsto.

Economistas defendem manutenção de medidas para mais vulneráveis

Noutras áreas, as medidas direcionadas e temporárias, como pedem as instituições europeias, serão desejáveis de manter, começa por referir o economista Pedro Brinca. Será "fundamental manter um conjunto de medidas de apoio para grupos específicos – como os do crédito à habitação – que estão a sofrer de forma desproporcional com o apertar da política monetária", defende.

"O facto de a inflação também afetar desproporcionalmente as famílias com maior peso dos bens alimentares no seu orçamento, ou seja, tipicamente famílias mais pobres, também sugere que será boa ideia intensificar a vigilância e apoio a casos de privação social e material", completa.

Ainda assim, Portugal até foi dos 'alunos exemplares' neste aspeto, continua o também professor universitário. Com uma resposta avaliada em 9,2 mil milhões pelas contas da Bruegel, a economia nacional ficou muito aquém dos principais motores europeus e de países de dimensão mais próxima da nossa, como os Países Baixos, que mobilizaram 39 mil milhões,

ou a Áustria, com 21 mil milhões de euros.

"A irresponsabilidade orçamental que observamos em 2023, e para a qual Portugal, de forma notável, não contribuiu, pode significar um processo de ajustamento muito doloroso para estes países em 2024, dado que é provável que a maior parte do impacto da subida das taxas de juro só ainda se ir sentir nos próximos doze meses", projeta.

Políticas americanas pressionam

De facto, os indicadores orçamentais europeus não são os mais famosos: a projeção da Comissão Europeia passa por 3,2% de défice global da zona euro este ano, o que significa que, caso fosse um país e as regras orçamentais já estivessem em vigor, o bloco da moeda única estaria numa situação de processo por défice excessivo.

Para Pedro Brinca, tal é "um sinal claro dos governos a trabalharem contra o BCE", usando políticas orçamentais nitidamente expansionistas num ambiente de aperto monetário agressivo. Lembrando os desfasamentos de doze a 18 meses com que a política monetária se faz sentir na economia real e o facto de a zona euro estar em picos de 2015 no que toca à falência de empresas, o economista antevê várias ameaças.

Acresce que "a inflação nos EUA sobe há três meses seguidos e as taxas de referência estão atualmente 100 pontos base (p.b.) acima das nossas, pelo que, se subirem mais, contribuem ainda mais para a desvalorização do euro", um cenário que a Reserva Federal não só não exclui, como vem atribuindo crescente probabilidade.

"Nesse caso, começamos a ter inflação importada novamente, porque estas compras são todas cotadas em dólares", completa.

A comparação com os EUA é também relevante dada a resposta musculada do Governo federal americano à crise energética e subida da inflação, que ameaça retirar competitividade ao sector empresarial europeu. Sujeita a regras orçamentais mais flexíveis, sobretudo no capítulo das ajudas de Estado, Washington desenhou uma série de pacotes para suportar as suas empresas, levando os responsáveis europeus a falarem numa "ameaça existencial" à competitividade do continente.

Resposta por país



Alemanha lidera destacada com 265 mil milhões de euros

■ Além de ter resgatado a Uniper com 35 mil milhões, Berlim alocou 254 mil milhões em dois pacotes de "defesa económica", dando cheques às famílias e limitando o preço da eletricidade para empresas, financiado em parte por *windfall taxes*.



França com políticas transversais de 92 mil milhões de euros

■ O país com medidas mais diversas nacionalizou a EDF, colocou um teto de 15% na subida da eletricidade e gás, subsidiou combustíveis, cortou o ISP em metade, deu cheques aos mais vulneráveis energeticamente e incentivou cortes de consumo.



Espanha com 41 mil milhões em medidas diversificadas

■ O mecanismo ibérico é o destaque, mas Madrid também alocou 16 mil milhões de ajudas aos sectores mais expostos, aplicou descontos nas bombas, plafonou eletricidade e gás a retalho, baixou o IVA da energia e subsidiou famílias vulneráveis.



Itália gasta 93 mil milhões centrados em taxas e impostos

■ O Governo italiano optou por baixar o IVA da eletricidade e gás, as taxas associadas à energia, deu subsídios a famílias e empresas, permitiu pagamentos faseados de faturas e criou fundos de 200 milhões para apoiar empresas com laços à Rússia e Ucrânia.



Bélgica com resposta mais tímida de 9,4 mil milhões

■ A Bélgica optou por menos medidas, cortando o IVA da energia de 21% para 6%, dando cheques até 300 euros às famílias com mais carências energéticas e, apesar de afastar *windfall taxes* formais, instaurou uma contribuição de solidariedade às empresas do sector.



Grécia dispense 9,5 mil milhões sem limitar subidas

■ Atenas aplicou um pesado *windfall tax* de 90% para pagar os subsídios ao gás natural e eletricidade para famílias (que chegam a 430 euros mensais), ao consumo elétrico para a indústria, as transferências de 200 euros para pensionistas, embora sem colocar tetos às subidas de preços.